

A AÇÃO DOS INTELLECTUAIS DA EDUCAÇÃO NA CONFORMAÇÃO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS SERGIPANAS (1911-1931)

Cristina de A. Valença C. Barroso*

O encadeamento das ações dos intelectuais da educação ao empreender reformas que propunham renovar práticas escolares, métodos e processos pedagógicos definiram a conformação do campo educacional sergipano durante a primeira metade do século XX. Assim, o objetivo desse texto é identificar os intelectuais da educação, suas ações e estratégias relativas a disseminação dos preceitos da Pedagogia Moderna, bem como compreender o alcance dessas ações na formatação das reformas sergipanas percebendo as continuidades, as resistências e as mudanças provocadas por esses agentes da educação.

Isto porque importa não só analisar o que a lei planejava, ou seja, as intenções legais para implantar mudanças no campo educacional sergipano, mas tentar entender o movimento dessas transformações no interior das escolas através dos relatos de inspetores e delegados de ensino, dos termos de visitas, dos relatórios dos professores e das falas, relatórios e publicações dos diretores de instrução pública. Os limites de análise encontrados nesse texto fazem parte da própria dificuldade de entender as práticas culturais do passado, de enxergar o cotidiano das práticas escolares.

A idéia também não é traçar a história de vida desses personagens que atuaram no campo educacional sergipano desvelando existências narradas em possíveis seguimentos ordenados pela lógica ou pela cronologia. A intenção se baseia em entender as ações que moveram as reformas educacionais, as idéias defendidas e a forma como estas foram difundidas.

O relato muitas vezes não permite a compreensão de uma seqüência de acontecimentos contínuos, pelo contrário, o real é descontínuo como afirmou Bourdieu ao discorrer sobre o fazer biográfico.(BOURDIEU,1998:184) Dessa forma, sabendo que

* Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso, Universidade Federal de Sergipe, Doutora em Educação.

a produção dos sentidos não é linear e na tentativa de evitar a construção de uma ilusão retórica, as atuações dos intelectuais da educação foram tomadas nesse estudo observando a relação das ações com o ideal defendido.

Mas para reconhecer a conformação do campo educacional através da trajetória e das ações desses intelectuais da educação faz-se necessário perceber as relações estabelecidas entre esses agentes e o campo, entre os agentes e os outros grupos pertencentes ao mesmo campo. Ou seja, compreender o que Bourdieu chamou de *superfície social*, esta definida como “o conjunto de posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos.” (BOURDIEU,1998:190). Assim, os intelectuais da educação presentes nesse estudo apesar de pertencerem ao campo educacional, de pensarem os problemas da educação, de difundir preceitos pedagógicos através de publicações e preleções, de ocuparem cargos de gestão próprios desse campo também freqüentavam, tinham relações e interferiam em outros campos, principalmente o político e cultural.

Os intelectuais da educação, aqui muitas vezes chamados de reformadores ou agentes da educação, são caracterizados como aqueles que pensaram em formas de modernizar o ensino primário, normal e secundário. Aqueles que planejaram, idealizaram e que criaram formas de regulamentar a educação segundo os ditames da Pedagogia Moderna. Foram também chamados de intelectuais da educação aqueles que serviram como difusores ou que tentaram implantar na prática escolar esses princípios pedagógicos presentes no ideário republicano. Seus papéis ou funções serviram como meio possível de identificá-los.

1. Apontamentos sobre os intelectuais da educação sergipanos

Para compreender a ação dos intelectuais no campo educacional sergipano é preciso avaliar não só sua formação, mas sua produção cultural e educacional, seu

envolvimento com iniciativas reformadoras e, principalmente, suas relações com a classe dirigente e dos cargos por eles ocupados.

Muitas vezes articulados com as organizações partidárias, instituições culturais e mesmo com o serviço público, esses intelectuais da educação escreveram um caminho peculiar na história da educação sergipana. A disseminação dos ideais reformistas através das conferências, a produção de livros e ensaios, os debates nos jornais, as ações públicas determinadas por órgãos administrativos da instrução, a fiscalização e as orientações das práticas escolares, a implementação de programas, currículo e regulamentos foram os meios pelos quais esses intelectuais da educação interferiram na formatação do campo educacional. Assim, entende-se nesse estudo como intelectuais da educação não só aqueles que pensam ou elaboram situações ou soluções para os problemas educacionais, mas que através delas interferiram na conformação do próprio campo.

A pretensão aqui não é definir o que seria intelectual da educação, mas estabelecer critérios que poderiam caracterizá-los a partir das suas ações e do nível de influência que exerciam sobre o campo educacional. Nesse rol foi possível identificar um número apreciável de profissionais liberais, funcionários públicos e particulares, efetivos da carreira docente e administradores públicos. Funções que traduziam, em ampla medida, as possibilidades de acesso, a influência e o poder de interferência no campo. Entre os intelectuais da educação que atuaram no campo educacional sergipano nas primeiras décadas republicanas estavam presidentes de estado, diretores da instrução pública, inspetores do ensino, delegados do ensino, professores, médicos, advogados e farmacêuticos. Não era incomum encontrar nesse período a presença dos profissionais liberais ocupando cargos de gestão das atividades públicas, principalmente no campo educacional no qual ainda não havia um número significativo de profissionais formados na área.

Não resta dúvidas que parte desses agentes que atuavam no campo educacional e que contribuíram para a difusão dos princípios da Pedagogia Moderna tinham aproximações com a classe dirigente devido às ligações materiais e sociais de suas famílias e/ou por laços de empatia. Muitos deles, ligados ou não aos cargos administrativos da instrução pública, galgaram certas posições no campo por

pertencerem a famílias de grande representação no campo político, como o caso de Rodrigues da Costa Doria, Gracho Cardoso, Carvalho Neto e Manoel Dantas. Conforme Miceli(1977) muitos letrados utilizavam-se do capital das relações sociais como um dos únicos meios de galgar ingressos em carreiras políticas, ou mesmo para conquistar cargos públicos de relevância e de prestígio social.

O recrutamento desses intelectuais coincidiu justamente com a expansão de mercado e de postos disponíveis principalmente no setor público. Dentre eles é possível citar Adolpho Ávila Lima, Ítala da Silva, Clodomir Silva e Manoel Franco Freire que contribuíram para institucionalizar as atividades culturais e educacionais sergipanas. Outros cuja influência era fruto dos cargos que ocupava como Helvécio de Andrade, Carvalho Neto e Manoel Franco Freire que atuaram como professores, inspetores e diretores da instrução pública. Além deles é possível identificar Abdias Bezerra, Augusto da Rocha Lima, Penélope Magalhães, Baltazar Goes e Edgar Coelho que atuaram ou como professores e/ou como inspetores. Dente eles, destacam-se a atuação de Abdias Bezerra, Franco Freire, Penélope Magalhães e José Augusto da Rocha Lima que atuaram também como técnicos que viajaram para outros estados com a intenção de observar os sistemas educativos aplicados nesses locais e implantá-los em reformas sergipanas.

As ações quase sempre eram definidas pela posição do sujeito no campo, desse modo a função que estavam ocupando contribuía para aumentar seu poder de interferência. Essas interferências, por conseguinte, ajudava a entender as ações, mas não eram determinantes delas, isto porque muitas vezes a atuação do inspetor ou mesmo do professor, por exemplo, pode ter sido mais incisiva do que as ações de um presidente de estado ou diretor da instrução pública ao emitir leis, ofícios, pareceres. Isto não quer dizer que os instrumentos legais oriundos desse poder não lhes concedessem capacidade de intervenção, mas o que se esta afirmando é que a posição no campo ajuda a compreender o nível de interferência, mas não é determinante. Em alguns casos, a atuação de um professor poderia ser mais incisiva nas mudanças na configuração geral da educação do que a própria lei.

A atuação desses intelectuais da educação destacava a reavaliação das funções escolares e dos planos de reformas direcionados a construir caminhos para restaurar a

civilidade, para recuperar o atraso brasileiro, para instaurar a ordem e o progresso. Acreditavam que esse atraso era, sobretudo, consequência no número de analfabetos. A proposta então discutida circulava em torno da necessidade de reformar a escola tornando-a acessível, ou seja, defendiam um sistema educacional uniforme, público e gratuito com a finalidade democratizar o ensino. Entendiam que os problemas educacionais poderiam ser minimizados com reformas que empreendesse nexos entre as necessidades educacionais as necessidades determinadas pela complexidade social decorrente do movimento de industrialização pelo qual passava o País.

Para alguns dos intelectuais da educação desse período a causa da ausência de instrução era atribuída a falta de políticas públicas que implementasse um sistema eficiente que abrangesse todos as modalidades do ensino, que fosse público e obrigatório. Mas não só isso, achavam que as mazelas que atingiam a nação era consequência do descaso e que a educação era primordial para o desenvolvimento da nação. Como apontou Nagle(2001), a educação era tida por muitos como o único e grave problema da nacionalidade.

As produções fruto das atividades desenvolvidas por esses intelectuais da educação refletem a tentativa de dotar o sistema educacional de uma rede de saber estável com base no ideal modernizador republicano. Além disso, através das reformas buscam institucionalizar a atividade intelectual e ao mesmo tempo garantem a legitimidade das práticas escolares tidas como aptas para preparar o homem republicano. Dessa forma, a difusão da cultura por meio da educação corria em mão dupla, tanto instituições culturais como educacionais eram utilizadas por esses intelectuais da educação como palco para a propagação dos ideais republicanos para a educação, dos ideais da Pedagogia Moderna.

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Biblioteca Pública Epiphânio Dória, a Escola Normal, o Atheneu Sergipense, os gabinetes de leitura, a Hora Literária, a Academia Sergipana de Letras eram instituições que serviam como instâncias de consagração cultural e reconhecimento dentro do campo educacional e cultural. Como instituições leigas, também serviam para direcionar e orientar as atividades intelectuais. Nesse período, Sergipe apresentou um crescimento visível da produção literária com a instalação de instituições dedicadas à difusão do conhecimento.

Era através da Hora Literária fundada em 1911, mais tarde se transformou na Academia Sergipana de Letras, do Centro Literário Educativo(1914) e do Centro Pedagógico Sergipano de 1918 que esses homens de saber discutiam as principais diretrizes para as reformas educacionais. O Centro Literário Educativo, fundado com o apoio de Helvécio de Andrade, tinha a pretensão de servir para o desenvolvimento intelectual do Estado. Suas intenções foram difundidas numa conferência dirigida as alunas da Escola Normal, em 1914, intitulada “o Beijo” e publicada no jornal *Correio de Aracaju*. Já o Centro Pedagógico Sergipano foi destinado a congregar em seu seio as atividades intelectuais que se aplicavam ao ensino público por uma ação conjunta de médicos e professores para impulsionar e sustentar o movimento de modernização pedagógica.

Helvécio de Andrade sob o pseudônimo de Evandro Alves afirmava que: “Centro Pedagógico Sergipano logo que inicie as suas funções, deve ser considerado de utilidade pública”(ALVES,1918:01). Florentino Menezes teceu um breve artigo publicado no *Jornal do Povo*, em agosto de 1918, expondo as práticas dessa instituição e os objetivos da fundação da mesma. No entanto, ao analisar o Livro de ata encontrado no Arquivo do Estado de Sergipe, percebeu-se que essa instituição teve uma vida muito efêmera, apesar da importância de sua proposta para a formação de uma intelectualidade sergipana a par das discussões pedagógicas.

Nesses espaços os intelectuais da educação promoviam conferências, palestras, aulas, debates, produziam artigos sobre educação, sobre as atividades escolares, sobre as novas propostas metodológicas. Funcionavam não só como difusores de cultura, mas também como agências pedagógicas que engendravam os projetos das reformas educacionais. Nesses locais o trânsito da intelectualidade sergipana era respaldado pela congregação e representação destes no campo. Além disso, nesses ambientes participavam ativamente do processo de modernização como também ajudavam na construção da identidade sergipana.

Um aspecto marcante do *campo intelectual* sergipano nas primeiras décadas do século XX eram os pronunciamentos, os discursos e as publicações. Eles assinalavam a representatividade dos intelectuais junto à sociedade. Chartier, ao explicitar a noção de *representação*, disse que ela permite articular três registros, a saber:

As representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de pensamento a partir dos quais eles classificam, julgam e agem: por outro lado, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ser reconhecidas; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.(CHARTIER,2002:53).

Muitos desses intelectuais da educação tinham projeção nacional, como era o caso de Rodrigues Dória, Helvécio de Andrade, Augusto da Rocha Lima que assumiam cargos de prestígio por consequência das posições que ocupavam no *campo educacional e intelectual* sergipano. Enquanto que Rodrigues Dória foi deputado federal e professor de Medicina e Direito na Bahia, Helvécio de Andrade foi inspetor em Santos, trabalhou como médico na Santa Casa de Misericórdia, participou das reformas paulistas juntamente com Caetano de Campo e atuou por muitos anos como diretor da instrução pública em Sergipe.

Nessa mesma direção, José Augusto da Rocha Lima foi professor da Escola Normal, inspetor e técnico para assuntos educacionais.(SERGIPE,1923:34). Foi convidado a visitar o ensino paulista com o objetivo de avaliar as transformações pedagógicas que estavam acontecendo nesse local para que fizesse um diagnóstico das inovações do ensino que poderiam ser adaptadas a Sergipe. Essa viagem pedagógica e a publicação do relatório das suas impressões de viagem corroboraram não só para aumentar o nível de influência dele no campo educacional, mas serviu também para determinar sua posição de poder.

Recebido por Lourenço Filho, Rocha Lima visitou todas as modalidades de ensino e todo o serviço. Suas impressões falam das ações promissoras pelas quais o professorado e o sistema tem passado na transição dos modelos e formas de ensino. Dispõe sobre a intensa propaganda que estava sendo realizada por meio das conferências e palestras sobre a Escola Nova, convencendo os professores dos benefícios dos novos métodos e práticas de ensino antes mesmo das determinações legais que lhe impunham normas. (SERGIPE,1931:22).

Os intelectuais da educação autorizados pelo poder dos cargos que ocupavam na estrutura educacional e resguardados pela legitimidade das instituições culturais das quais faziam parte inscreviam ações que desenhavam valores, normas e princípios educacionais que eram interiorizados e que corroboravam para nortear as práticas e suas representações. Como foi o caso da professora de inglês da Escola Normal, Penélope Magalhães. Não só por sua atuação como educadora, mas por incentivar a aplicação dos métodos de ensino e, principalmente, por ter contribuído para a implantação de um Jardim de Infância em Sergipe. Suas ações, de certa forma geraram a difusão da prática educacional que estava composta por idéias e valores que incorporavam o pensar republicano de modernização.

Desde 1916, Penélope Magalhães atuava como professora adjunta da Escola Normal e lecionava as disciplinas de Inglês, Francês e, em certos períodos, Música sendo promovida a Cadeira de Inglês apenas em 1931.(SERGIPE,1931:12). Na sua prática escolar imprimia o método de leitura analítico, isto porque era uma das que defendia a implementação das novas modalidades metodológicas do ensino. No ensino de Música, por exemplo, aplicava exercícios de observação e de experimentação nas atividades determinadas pelo programa do curso normal. Mesmo com as limitações de instrumentos e materiais de ensino, nas aulas de música os alunos aprendiam as representações gráficas dos sons, tinham noções de partitura, de compasso e intervalos, aprendiam a respiração e a emissão perfeita dos sons. Apesar de a disciplina focar o ensino de Música, geralmente as alunas aprendiam a tocar apenas o harmônio e o piano.

Para compreender a atividade intelectual no campo educacional sergipano seria importante avaliar não só o efeito simbólico dos discursos científicos sobre o campo, mas também as ações do grupo dominante que determinavam o exercício de imposição de definições, princípios ou representações que prevaleciam na memória coletiva e que estivesse o mais próximo possível da identidade legítima. Como lembra Souza, aqueles que estão posicionados no pólo de dominação das relações de forças simbólicas agem no sentido de deliberar “os princípios de definição do mundo social em conformidade com seus interesses.”(SOUZA,2001:27) Nesse jogo de reapropriação do poder na dominação simbólica, faz-se necessário entender quem eram esses agentes, quais

estratégias foram utilizadas para galgar posições privilegiadas na estrutura do poder do campo educacional.

Sob a denominação de reformadores, esses intelectuais da educação viviam os rendimentos que lhes proporcionava o título e os cargos. Ao mesmo tempo, esses intelectuais da educação assumiam as diversas atividades políticas e educacionais, também se lançavam na luta assumida pelos ideais republicanos, com o intuito de implantar ou mesmo de impor os princípios e os modelos metodológicos propostos pela modernização pedagógica. Os congressos e conferências pedagógicas de que participavam, lhes garantia a oportunidade de divulgar suas idéias, expectativas ou mesmo suas propostas pedagógicas. Permitia ainda compreender como eles estavam em sintonia com as discussões nacionais.

Vistos como um dos “lugares de fala” dos intelectuais da educação, os congressos e conferências educacionais permitiam a profusão das idéias ditas modernizadoras e modelavam os discursos ao que eram considerados legítimos pelo campo. Não era incomum a realização desses eventos que tinham como fim não só discutir a educação, mas traçar um quadro geral da situação educacional do País. Não só isso, esses encontros serviam também para que os envolvidos com a educação dissertassem experiências e até possíveis soluções para problemas encontrados tanto no ensino primário, como no secundário, normal e profissional.

Com o fim de debater temas pertinentes à educação sergipana, Abdias Bezerra, diretor da instrução pública, propôs ao presidente do Estado a realização de um congresso de professores primários em 1926. Para a organização do evento, o diretor da instrução pública convidou uma equipe de professores que definiu o programa a ser discutido, o local do evento e o tema das teses que deveriam ser apresentadas. Foram solicitados para formar essa comissão: a professora Etelvina Amália de Siqueira, Quintina Diniz, Leonor Telles de Menezes, Sirene d'Oliveira, Maria Amélia Fontes, o inspetor Edgar Coelho, Arthur Fontes, José de Alencar Cardoso, Manoel José dos Santos Mello, o próprio Abdias Bezerra e Helvécio de Andrade.

Etelvina Amália de Siqueira era professora da Escola Normal nesse período. A professora Leonor Telles exercia o cargo de diretora do Grupo Escolar Manoel Luiz. Já

Sirene d'Oliveira e Maria Fontes eram professoras de escolas públicas da capital. Edgar Coelho foi inspetor do ensino e Helvécio de Andrade era professor da Escola Normal e Arthur Fortes era diretor dessa mesma instituição. Além desses foram chamados Manoel José dos Santos Mello, inspetor em 1913 e posteriormente professor do Atheneu Sergipense e José de Alencar Cardoso também professor do Atheneu.(SERGIPE,1925:02)

Os professores primários foram convidados a partir de ofícios enviados à secretaria das escolas públicas. No enunciado estavam presentes as solicitações para comparecer ao congresso e os eixos temáticos das teses para que os professores pudessem inscrever trabalhos. Tanto os docentes das aulas primárias como os do curso normal poderiam apresentar as comunicações que deveriam ser endereçadas à Quintina Diniz, Arthur Fortes e Helvécio de Andrade nas suas respectivas residências, ou mesmo na Escola Normal. Esses trabalhos iriam passar por uma comissão avaliadora e deveriam estar relacionados aos seguintes tópicos: “Organização externa e interna da escola”; “Inspeção Escolar” e “Prática pedagógica, higiene e educação na escola primária”. Para cada uma dessas seções foi eleita uma comissão composta por três avaliadores designados pela própria comissão organizadora.

Apesar de todo esse esforço e envolvimento de professores, inspetores e diretores da instrução pública, o Congresso de Professores Primários não foi realizado. As razões para esse fato não foram esclarecidas nem nos jornais e nem no relatório direcionado ao diretor da instrução pública dessa época. As informações acessíveis a esse respeito apenas relatam as lamentações dos envolvidos com o evento.

O descaso ou a falta de compromisso da comissão organizadora poderiam ter sido motivos justificáveis, mas não era o suficiente para silenciar a imprensa. Por que não foi possível encontrar noticiários a respeito do cancelamento do congresso nem mesmo nos jornais de oposição ao governo? Não seria esse um congresso considerado importante para a sociedade aracajuana? Por que o relatório de Abdias Bezerra não elucidou o fato? E por que o professor Helvécio de Andrade, como vice-presidente do evento, não se posicionou a esse respeito? Talvez, os motivos fossem de ordem política. A programação do Congresso estava marcada para 1926, ano e que Graccho Cardoso

saia do poder e assumia o vice, Cyro de Azevedo. Este, por sua vez, passou apenas três meses no governo do Estado por motivo de óbito.

Os poucos indícios encontrados sobre o Congresso de professores primários informam algumas discussões presentes nas atas de reunião publicadas pelo Jornal Diário Oficial do Estado de Sergipe, a formação da comissão organizadora, as teses inscritas e selecionadas, os ofícios enviados à diretoria da instrução pública de professoras confirmando ou não a presença desse congresso e a publicação da tese de Helvécio de Andrade no período que reassumiu a diretoria da instrução pública em 1926.

A análise que privilegia o foco na atuação dos intelectuais da educação serve não só para reafirmar a condição do indivíduo como sujeito da história, mas para elucidar a forma com a qual foram constituídas as práticas sociais, para compreender como se estabeleceu a formatação do campo ou mesmo para perceber quais foram as idéias que ajudaram a determinar certas atitudes e posicionamentos em detrimento de outras possibilidades. Ou seja, analisar os intelectuais da educação é levantar indícios de uma dada configuração social.

Nessa configuração o sujeito/indivíduo está em sintonia com as condições de relação impostas pelos campos nos quais circula. Num movimento cíclico de interferências que ditam sobre o indivíduo o modo de ser, pensar e agir e, em contrapartida, a ação dele sobre o campo moldura a conformação das práticas sociais. Nessa direção, o intelectual enquanto sujeito e ator, interfere nas condições postas pelo grupo ao qual pertence à medida em que lhe é permitido e legítimo propor novas formas de pensamentos e ações que possam redesenhar as práticas e fundamentos determinados previamente para o funcionamento do grupo, do campo.

Quando, esses intelectuais da educação, sujeitos e atores do campo científico, propõem novos paradigmas de conhecimento/pensamento e o grupo ao qual pertence está numa posição de hierarquia/poder sobre os outros grupos, suas palavras conseguem garantir, no quadro das discussões, certa influência ou, ao menos, a possibilidade de ser considerada digna de discussão. Sua interferência torna-se maior quando seus pares e

pares-concorrentes se apropriam dessas novas idéias e as difundem como legítima e própria do campo.

Dentro da estrutura do campo educacional os intelectuais da educação atuavam conforme sua posição, seu capital social, suas produções, conforme o reconhecimento de suas idéias e suas ações que galgavam perante o grupo e perante o campo. Mas não só isso, estavam relacionados também ao grau de pertencimento e de empatia com os grupos que detinham o poder. Esse reconhecimento, o pertencimento e a empatia eram estratégias que os intelectuais da educação instituíam para manter-se no poder ou manter sua posição no campo.

O reconhecimento, nesse momento, é o capital que confere ao intelectual a condição de sujeito/ator. Assim, quando os inspetores de ensino, encarregados de propor soluções para os problemas encontrados durante as visitas, conseguem através dos relatórios produzir considerações relevantes para as questões apresentadas, normalmente elas eram apresentadas nos relatórios de diretores de instrução pública ao presidente de Estado. Assim, é possível pensar que grande parte das determinações das reformas publicadas em 1911, 1924 e 1931 foram elaboradas levando em consideração as mazelas, os problemas e as sugestões dos inspetores de ensino.

Ainda é possível inferir que os inspetores de ensino, cargo que nem todos poderiam exercer e que estava condicionado a indicações do diretor da instrução pública e do presidente de estado, era um posto almejado por muitos sujeitos que estavam envolvidos com a educação. A inspetoria, com suas regras, anunciava normas de comportamento, de ações, de produtividade, de reflexão que torna possível compreender esse espaço educacional como produtor de conhecimento, de soluções e de reflexão sobre o campo.

Para ser inspetor era necessário compreender antes de tudo as causas educacionais, mas era necessário também que estes atuassem não só como fiscalizadores, mas como divulgadores dos princípios determinados pelas reformas do ensino. Mas não só isso, eles deveriam ser capazes de refletir sobre os problemas encontrados no campo educacional e propor soluções, produzir textos e reproduzi-los entre os professores primários. Diante desse entendimento sobre as funções da

inspetoria, é possível pensar nesses agentes como promotores da educação, ou seja, produtores de conhecimento e reflexões sobre a educação. Essa é a condição que os colocam como intelectuais da educação.

Apenas exercer a função de inspetor não torna o sujeito um intelectual da educação, era necessário investimento, era necessário produção. A participação destes em conferências, palestras, querelas com outros sujeitos discutindo educação os coloca em uma compreensão diferente dos outros inspetores que apenas produziam os *Termos de visita*. Por isso que ao tentar compreender o funcionamento da inspetoria sergipana durante a primeira República, destacam-se determinados sujeitos que atuaram na inspetoria e que tiveram um papel importante para a implantação e exegese da Pedagogia Moderna e dos ideais republicanos para a educação. Dentre eles é possível identificar Adolpho Ávila Lima, Edgar Coelho, Manoel Mello e Ascendino Argollo. Assim o objetivo é elucidar a contribuição da inspetoria para a promoção das reformas educacionais e, conseqüentemente, para a difusão dos ideais da Pedagogia Moderna.

Os inspetores podem ser compreendidos como intelectuais da educação na medida em que podemos considerar não só o trabalho de difundir, mas o de elaborar soluções para os problemas educacionais encontrados durante as visitas por eles realizadas. Não são concebidos como renovadores, reformadores ou mesmo educadores, mas como agente da educação que se propuseram, através das suas atribuições e produções, difundir os ideais republicanos para a educação e contribuíram para a implantação das reformas educacionais desse período.

O panorama das reformas educacionais possibilitou a compreensão da forma com a qual os intelectuais da educação inscreveram sobre o campo educacional sergipano o processo de apropriação dos princípios da Pedagogia Moderna. As reformas, pensadas como estratégias de consolidação do ideal republicano de instaurar a ordem e o progresso assumiram ao longo da primeira República perspectivas diferenciadas, tendências também presente nas reformas implantadas em outros estados. As perspectivas estavam desenhadas de acordo com o discurso que determinadas reformas adquiriam ao longo dos anos, ora defendiam a regeneração e a civilização social, ora a uniformização e a racionalização do ensino. Apesar disso, esses discursos se entrelaçavam em um único objetivo, instituir a modernização do ensino.

Para compreender esse processo de modernização do ensino sergipano foi preciso não só investigar o que defendiam essas reformas e como elas foram elaboradas, mas entender quem foram seus autores e quais eram suas pretensões ao instituí-las. Apesar da necessidade, a intenção nesse estudo não foi construir um conceito de intelectuais da educação, mas tentar caracterizar essa noção muito cara para a historiografia educacional de modo que outros pesquisadores pudessem não só dialogar com o sentido aqui construído, mas contribuir para burilar o pensamento exposto a partir de outros possíveis critérios. Talvez os problemas de interpretação de uma vida, ou mesmo da atuação de um sujeito social perpassem pela compreensão da trajetória realizada e das implicações das relações sociais que atuam sobre o indivíduo.

A difusão dos ideais reformistas através das conferências, palestras, a produção de artigos na imprensa sergipana, de ensaios, livros, compêndios e discursos contribuíram para formatar as ações públicas da instrução. Isto porque a maioria dos idealizadores das reformas educacionais ocupava cargos administrativos, o que proporcionava um maior alcance das suas ações. Assim, a fiscalização, as orientações das práticas escolares, a implementação de programas, currículo e regulamentos foram os mecanismos pelos quais esses intelectuais da educação se valeram para instituir as reformas interferindo na formatação do campo educacional.

Os reformadores também se valiam das instituições culturais e educacionais como palco para a propagação dos ideais republicanos para a educação, dos ideais da Pedagogia Moderna. Falar em nome de determinadas instituições lhes garantia legitimidade de seus discursos, por esse motivo que a maioria dos intelectuais identificados nesse estudo estavam atrelados as instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Hora Literária, dos gabinetes de leitura, do Centro Pedagógico Sergipano, do Centro Literário Educativo, da Liga Sergipense contra o Analfabetismo e outros. (NUNES,1984).

Quando não falavam em nome de alguma instituição cultural, vinculavam seus discursos a algum órgão de divulgação como os jornais e revistas pedagógicas. Mesmo aqueles que não tinham muita projeção no campo educacional, ao emitirem seus relatórios ou suas reflexões sobre os problemas educacionais o faziam respaldado em autores de procedência científica já legitimados pelo campo.

Para compreender a trajetória desses intelectuais no campo educacional é preciso percebê-los dentro de uma configuração que envolve outros sujeitos, lutas pelo poder, conflitos de interesses, a busca pela legitimidade profissional e ideológica. Por isso é comum encontrar querelas, desentendimentos e discussões publicados por eles nos periódicos sergipanos.

As ações desses reformadores se complementam no ideal defendido, mas também revelam intenções que caracterizam as estratégias de conquista de posições que definem o nível de interferência e, conseqüentemente, de poder sobre o grupo, sobre o campo. Foi a seqüência dessas ações que possibilitaram a conformação do campo educacional.

Esses conflitos demonstram que o processo de implantação da modernização pedagógica em Sergipe não foi um processo simples. Pelo contrário, através da leitura dos textos normativos percebe-se que nem sempre o que a lei determinava era realmente cumprido, por isso as reformas educacionais investiram no serviço de inspeção escolar tornando-os mensageiros das determinações legais e porta-vozes dos ditames da Pedagogia Moderna.

Esses intelectuais também moviam debates em defesa da implantação dos novos princípios projetando na possibilidade de inovação metodológica o sucesso do ensino escolar. Suas ações, de certa forma, geravam a difusão da prática educacional que estava composta por idéias e valores que incorporavam o pensar republicano de modernização. Essas ações também estavam relacionadas aos cargos que ocupavam na estrutura educacional, eles poderiam exercer tanto cargos administrativos bem como poderiam exercer outras funções como inspetores e professores. Além deles, pode-se enumerar os delegados de ensino, os diretores de escolas, os professores primários, os diretores da instrução pública e os conselheiros que promoveram não só a difusão dos princípios reformadores.

Suas ações, analisadas mais detidamente durante os anos de 1911 a 1931, foram determinantes para a consolidação da modernização pedagógica no campo educacional sergipano, principalmente na Escola Normal. A implantação dos métodos intuitivo e o de leitura analítica, a inclusão nos programas curriculares de disciplinas como

Pedologia, Psicologia Experimental, Biologia, Metodologia e Noções de Higiene, a adoção de livros, criação de laboratórios, gabinetes, museus e bibliotecas para a formação das futuras professoras primárias foram algumas das ações que mudaram a conformação do ensino normal sergipano.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVES, Evandro. “Nulla die sine línea”. **O Imparcial**. Aracaju, 22 de agosto de 1918, Ano I, n. 19. p. 01. Col. 03.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: **Usos de Abusos da História Oral**. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira(coords). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: PDeA, 2001.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1984.

SERGIPE. **Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe em 7 de Setembro de 1923 pelo Presidente do Estado Gracho Cardoso**. Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe, 1923.

SERGIPE. **Relatório Geral do Movimento escolar do 2º districto de ensino primário pelo Inspetor Geral do Ensino Alencar Cardoso em 1925**. Aracaju, Typografia do O Estado de Sergipe, 1925.

SERGIPE. **Relatório apresentado ao exmo Sr. Interventor Federal no Estado de Sergipe pelo professor Jose Augusto da Rocha Lima**. Aracaju: Imprensa Oficial,1931.

SERGIPE. **Relatório apresentado ao exmo Sr. Interventor Federal no Estado de Sergipe pela professora Penélope Magalhães**. Aracaju: Imprensa Oficial,1931.

SOUZA, Cristiane Vitória. **A República das Letras**. 1889-1930. São Cristóvão: UFS, 2001. Monografia (História Licenciatura).